
A PREOCUPAÇÃO GEOGRÁFICA: POSSÍVEIS INTERFACES ENTRE OS CONCEITOS DE ESPAÇO, TERRITÓRIO E LUGAR NOS ESTUDOS EM GEOGRAFIA ECONÔMICA¹

Renan Augusto Ramos

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto de Geociências.
r203548@dac.unicamp.br

RESUMO

Esse artigo está preocupado em evidenciar os ganhos interpretativos representados pela articulação dos conceitos de espaço, território e lugar no campo da Geografia Econômica. Esse campo de estudos investiga as implicações espaciais, sobretudo nas cidades, dos sistemas de produção, trocas, consumo e afins. O objetivo é produzir uma síntese epistemológica da Geografia enquanto ciência autônoma, operacionalizando a discussão sobre a economia costeira de pequena escala a partir dos conceitos citados anteriormente. Para atingir esse conjunto de objetivos, o artigo utiliza referencial teórico-metodológico de diversos autores interessados na temática, desde perspectivas clássicas até perspectivas mais contemporâneas. A construção das articulações entre os conceitos escolhidos permite, segundo essa hipótese, fortalecer a compreensão não somente da diversidade da economia costeira, mas também do dinamismo social que procura superar os problemas na esfera da provisão.

Palavras-chave: Espaço geográfico. Território. Lugar. Economia Costeira.

THE GEOGRAPHIC CONCERN: POSSIBLE LINKS BETWEEN THE CONCEPTS OF SPACE, TERRITORY AND PLACE IN THE STUDIES OF ECONOMIC GEOGRAPHY

ABSTRACT

The concern of this article is to highlight the interpretative gains represented by articulating the concepts of space, territory and place in the field of Economic Geography. This field of study investigates the spatial implications, mainly in the cities, of production, exchange, consumption and similar systems. The aim is to promote an epistemological synthesis of Geography as an autonomous science, operationalizing the debate on the small-scale coastal economy from the concepts mentioned above. To achieve this set of goals, the article uses the theoretical-methodological framework of several scholars interested in the theme, from classical approaches to more contemporary ones. Building the articulations between the chosen concepts allows, according to this hypothesis, the strengthening of understanding not only the coastal economy diversity, but also the social dynamism which seeks to overcome the problems in the sphere of provision.

Keywords: Geographic space. Territory. Place. Coastal economy.

¹ O artigo possui caráter teórico-metodológico, sendo um desdobramento direto das discussões realizadas no âmbito da Dissertação preliminarmente intitulada "O uso do território e os circuitos da economia urbana: uma análise e interpretação das práticas econômicas populares na região costeira de São Luís/MA".

INTRODUÇÃO

A discussão epistemológica da Geografia é sempre uma tarefa de natureza dupla. Ao mesmo tempo em que é muito desafiadora, também é extremamente complexa. Muitos autores foram capazes de reconstruir esse trajeto histórico, indo desde antes da sua sistematização até a contemporaneidade do pensamento geográfico (ANDRADE, 2017 [1977]; MORAES, 2007 [1981]; MOREIRA, 1987 [1981], 2015 [2007]). Nosso objetivo está inserido, em certa medida, nesse conjunto geral de preocupações epistemológicas da Geografia. É claro que não pretendemos desmembrar nesse artigo todo o tecido histórico da Geografia e debater todas as implicações decorrentes. Caso demarcássemos isso como centralidade, as insuficiências da proposta seriam evidenciadas quase que de modo automático. O que será feito, então, é a síntese do processo de autonomização da Geografia enquanto ciência acadêmica para, depois, destacar como a articulação de seus conceitos norteadores permite operacionalizar as análises sobre a economia cotidiana em ambientes costeiros.

Partindo dessas considerações, o artigo está dividido em três principais seções, sendo elas: (i) Breve história do pensamento geográfico; (ii) As três dimensões conceituais; e (iii) Operacionalização do debate. A primeira seção cumpre o papel de apresentar uma síntese histórica daquilo que poderíamos chamar de preocupação geográfica, debatendo os dilemas existentes na sua fase de sistematização enquanto ciência autônoma. A segunda discute não somente a centralidade dos conceitos de espaço, território e lugar para a ciência geográfica, mas também oferece subsídios para a compreensão de seus elementos, processos e dinâmicas internas. Por fim, a última seção operacionaliza a hipótese sustentada no artigo, aproximando os três conceitos norteadores em função das análises sobre a economia popular nos ambientes costeiros de São Luís/MA.

BREVE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO

A autonomia da Geografia enquanto ciência

As discussões de interesse geográfico estão presentes em reflexões propostas por vários pensadores de épocas distintas da história humana. Análises preliminares da relação homem e meio, bem como dos meios de ocupação e ordenamento do espaço, são encontradas tanto nos sábios gregos quanto nos filósofos da Idade Média

(ANDRADE, 2017). “A Geografia é um saber tão antigo quanto a própria história dos homens” (MOREIRA, 1987, p. 15). No entanto, deixemos essa pré-ciência geográfica de lado por razões puramente estratégicas. Nosso interesse é metodológico quando lançamos uma discussão centrada na consolidação de uma Geografia autônoma às demais áreas do conhecimento. Esse recorte permite destacar resumidamente as problemáticas epistemológicas da ciência geográfica, pois, caso levássemos em conta os períodos anteriores, estaríamos desautorizados a falar sobre uma ciência com arcabouço teórico-metodológico próprio.

A ciência geográfica possui um longo processo de surgimento, consolidação e expansão de suas bases de discussão. Ruy Moreira (1987), em seu livro “*O que é Geografia?*”, apresenta um debate bastante denso sobre o assunto, destacando suas origens acadêmicas, intencionalidades e transformações no decorrer do tempo histórico. Todo esse conjunto de reflexões serviu para contextualizar o que essa ciência representou na história das sociedades modernas ou em vias de modernização, como no caso da sociedade alemã. Não é preciso muito esforço para chegarmos à conclusão de que a Geografia se situa no campo de efervescência do desenvolvimento capitalista, com sua expressão mais feroz sendo o imperialismo. As últimas décadas do século XIX foram marcadas por eventos históricos de grande magnitude, sobretudo marcados pela eclosão de guerras entre potências imperialistas. Não seria possível, novamente, aprofundar nessas questões pelos limites do próprio artigo. Nesse sentido, devemos resumir que essa ciência foi o produto final das relações conflituosas desenvolvidas, principalmente, entre os impérios alemão e francês (MOREIRA, 1987).

A Geografia nasce, portanto, no período de 150 anos que se estendeu a partir de 1750. Os problemas encontrados pela Alemanha não-unificada produziram o seu atraso em relação às demais potências, como a França e a Inglaterra. Questões preliminares como a unidade interna precisavam ser resolvidas, caso o país desejasse ter maior protagonismo internacional (MOREIRA, 1987). Desse modo, a Geografia ganha status de ciência acadêmica a partir de estudiosos como Kant, Humboldt, Ritter e Ratzel. Desenvolve-se uma escola nacional que irá estabelecer as bases político-institucionais das pretensões imperialistas da Alemanha no continente africano e

européu. Feitas essas breves considerações históricas, propomos uma mudança de ênfase em direção aos debates de cunho epistemológico. O interesse é evitar maiores contornos sobre as disputas internas entre as escolas geográficas nacionais. Claro que esse debate é fundamental para entender a gênese da Geografia, mas no momento foge às pretensões estabelecidas.

O longo processo histórico de consolidação da Geografia proporcionou um debate ainda mais complexo sobre o seu próprio objeto de pesquisa. A ideia de preocupação geográfica surge para caracterizar as reflexões desenvolvidas pelos seus primeiros estudiosos e sistematizadores. A relação entre homem, entendido como o conjunto da humanidade, e o meio, representado pela base natural das interações desenvolvidas, sempre teve um destaque muito importante dentro do escopo geográfico (SUERTEGARAY, 2001). Claro que não devemos circunscrever esse pressuposto analítico apenas à sua condição de ciência sistematizada. O válido é reconhecer, assim como diversos outros autores, que a Geografia sempre esteve acompanhada de complicações de natureza epistemológica (ISNARD, 1978; BRAGA, 2007).

Tomando como base a indefinição entre ser uma ciência social ou ser uma ciência interessada em questões da natureza, encontramos uma relação que, em primeira vista, pode parecer ambígua: o paradoxo que representa uma potencialidade. O impasse de estar nessa indefinição trazia uma série de vulnerabilidades. A superação dessas dificuldades epistemológicas foi uma estratégia de fortalecer a sua própria condição de ciência moderna. É por esse motivo que Suertegaray (2001) afirma que os geógrafos trouxeram uma perspectiva capaz promover a articulação entre a dimensão natural e a dimensão humana. A partir disso, o conceito de espaço geográfico foi o instrumento metodológico criado para suprir essa carência epistemológica. Em outras palavras, o conceito de espaço geográfico foi a saída encontrada para combinar Natureza e Sociedade, proporcionando a própria interface entre as suas áreas correspondentes do conhecimento. Sua afirmação enquanto campo sistemático de discussões deveria, portanto, passar pela reflexão em torno do conceito de espaço geográfico. Essa foi a principal preocupação dos geógrafos modernos para firmar a especificidade da Geografia em relação às demais ciências.

Definir a sua concepção sobre o espaço representava algo fundamental (ISNARD, 1978). Por isso Santos (2015 [1982]) é taxativo ao afirmar que a Geografia deve ser pensada de dentro, a partir do espaço.

No entanto, é evidente que a Geografia não se sustenta em função de um único conceito. Isso é ainda mais evidente quando partimos do pressuposto de que toda construção teórico-conceitual articula um conjunto complexo de outros conceitos integrados. Simplificando, para desenvolver o conceito de espaço geográfico, devemos reconhecer as relações desenvolvidas com as demais fontes de inspiração conceituais nas análises geográficas. Nossa iniciativa é apresentar as articulações existentes entre o conceito de espaço geográfico, de território e de lugar. É semelhante ao esforço trazido por Suertegaray (2001) quando resume suficientemente o que seriam os principais conceitos balizadores da ciência geográfica. São níveis de abstração que proporcionam operacionalizações diferenciadas para a interpretação de fenômenos socioespaciais. Inicialmente, colocaremos ênfase no espaço geográfico para, posteriormente, entender os sentidos e significados da análise geográfica baseada nos conceitos de território e lugar, respectivamente.

AS TRÊS DIMENSÕES CONCEITUAIS

O espaço geográfico como generalidade

“Desde que se escreveram as primeiras filosofias, a noção de espaço e a noção de tempo constituíram uma preocupação dominante” (SANTOS, 2015, p. 15). É com essa citação que iniciamos as nossas argumentações para o momento. A colocação é fruto do trabalho desenvolvido por Santos (2015) no âmbito do V Encontro Nacional de Geógrafos em 1982. Demonstra a indissociabilidade que existe entre a dimensão espacial e temporal. Transpor essa mesma colocação do campo da filosofia para o campo da Geografia ainda manteria a sua veracidade. O importante, nessa altura, é deixar enfatizada a centralidade que o espaço alcançou nas discussões da ciência geográfica (SUERTEGARAY, 2001). Isso acaba por justificar a escolha metodológica dos conceitos presentes no artigo.

Não é segredo que o conceito de espaço geográfico passou por transformações e mudanças interpretativas. Seria uma falsa afirmação dizer que vamos reconstruir

todo esse processo histórico, quando na verdade o nosso interesse é trazer os principais contornos por detrás de sua formulação. Entender o espaço geográfico pressupõe a sua distinção em relação aos próprios ecossistemas naturais. Não devemos colocar como sinônimos o primeiro e o último. Seu elemento diferenciador está baseado na ação humana. A humanidade, por meio do trabalho e da técnica, foi capaz de reconfigurar os ambientes primários em algo fundamentado na intencionalidade dos distintos grupos sociais. “Trabalho e técnica fizeram com que a primeira natureza fosse metamorfoseada em favor do próprio homem” (CATAIA, 2001, p. 12). Supera-se o equilíbrio espontâneo em prol dos processos de transformação sociotécnica presentes em basicamente todos os pontos do planeta (ISNARD, 1978). Ao reconhecer que um é o fruto da mudança administrada pelo trabalho humano enquanto que o outro é razão dos processos naturais, estamos marcando as diferenças fundamentais entre o espaço geográfico e os ecossistemas.

O espaço geográfico possui uma relação intrínseca com a história, ou melhor dizendo, com o tempo. Ressaltamos isso anteriormente. Diversos autores fizeram questão de enfatizar essa convergência entre a dimensão espacial e a temporal. O espaço geográfico representa não somente a coexistência de formas herdadas que condicionam processos futuros, mas também representa os projetos das gerações anteriores que são impossíveis de serem desconsiderados (CATAIA, 2001; SUERTEGARAY, 2001). Em síntese, o acúmulo desigual de tempos trabalhado por Santos (2004 [1982]). É sempre importante reconhecer os conteúdos da própria história e das distintas relações entre os elementos que compõem o espaço. Braga (2007, p. 71) demonstra que o “espaço geográfico é o contínuo resultado das relações socioespaciais”. São relações de natureza econômica, política e simbólico-culturais que demarcam a complexidade da realidade concreta em suas diversas expressões. Por isso não existe neutralidade quando se trata do espaço geográfico, na medida em que este possui papel ativo nas relações e interações que são desenvolvidas (SANTOS, 2015). Existe um dinamismo que lhe é próprio, sendo condição ao mesmo tempo em que é condicionado. De outra forma, se configura enquanto expressão e condicionante das relações desenvolvidas entre o par sociedade-espaço (BRAGA, 2007).

A natureza processual do espaço geográfico está demarcada em função da sua produção ininterrupta, representante da própria sociedade em movimento. Não é possível falar sobre uma forma final de existência do espaço geográfico, pois a dinâmica das interações socioespaciais, enquanto existir agrupamentos humanos, nunca cessa. Santos (2015) traz uma contribuição muito importante ao reconhecer essa característica do espaço geográfico, que é capaz de articular outras duas dimensões fundamentais da vida em sociedades complexas. A primeira diz respeito a uma certa configuração territorial, representada não somente por um conjunto de objetos naturais, mas também por uma natureza que foi socialmente transformada. A outra dimensão coloca ênfase nas ações sociais, produzidas de acordo com as mais distintas intencionalidades, ou seja, a própria vida em sua expressão mais notável. De outro modo, “o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida” (SANTOS, 2015, p. 2).

O fato é que o espaço geográfico se configura na expressão mais geral das sociedades com o seu entorno, entendido como o local onde a intencionalidade humana é projetada, independentemente de sua escala. Suertegaray (2001) destaca que o espaço geográfico oferece uma leitura geral sobre essa dinâmica homem-meio, ao mesmo tempo em que pode ser tensionado de acordo com as especificidades das demais dimensões geográficas. O espaço “pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente, sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais” (SUERTEGARAY, 2001, p. 8). Desse modo, ganha ênfase a complexa teia de relações que são desenvolvidas entre cada um desses instrumentos conceituais. A discussão precisa reconhecer que o espaço geográfico é a dimensão geral das interações socioespaciais, já os demais conceitos seriam as especificidades em função de determinados aspectos. Em seguida, discutimos cada um desses aspectos para proporcionar suas principais diferenças conceituais.

O território como expressão do poder

Não é segredo que o conceito de território é uma das categorias espaciais mais relevantes para a ciência geográfica. Esteve presente em diversos círculos de reflexão sobre a dimensão dos ordenamentos espaciais, tanto de Estados-nação quanto de suas escalas geográficas mais reduzidas, como é o caso dos municípios. Assim como o afirmado por Painter (2010), o território está correlacionado aos temas sobre fronteiras, segurança, soberania, secessão, invasão e ocupação. O contexto de um mundo cada vez mais globalizado e cada vez mais em disputa coloca em evidência esses elementos que representam o aprofundamento dialético das relações internacionais, suas assimetrias, contradições e conflitualidades. É nesse conjunto de problemáticas que o autor afirma que o território volta a ocupar uma posição privilegiada dentro da Geografia. Iremos, em seguida, expor brevemente alguns pontos fundamentais para o entendimento desse conceito.

Assim como dito anteriormente para o espaço geográfico, também é possível encontrar uma transformação histórica para o próprio conceito de território. Esse pressuposto é tão verdadeiro a ponto de Gotmann (2012 [1975]) afirmar que a conceituação de território evoluiu através do tempo histórico. Talvez seja uma expressão válida para qualquer conceito científico. No entanto, foquemos. A análise sobre o território não pode vir desassociada de elementos existentes na dimensão política do poder. De outro modo, somos capazes de considerar o território enquanto a manifestação espacial do poder, tanto do poder na escala nacional quanto do poder na escala das territorialidades.

Diversos autores mostraram a relação entre espaço geográfico e poder político, que desdobra diretamente no conceito de território. Gotmann (2012) mostra que o território é a conexão ideal entre espaço e política. Sua perspectiva mostra que essa porção do espaço geográfico coincide com a jurisdição de um determinado sistema de governo. Suertegaray (2001), de modo complementar, destaca a ideia de poder sobre um espaço, com a sua implicação mais direta, ou seja, o controle dos recursos existentes na localidade. Cataia (2001) retoma as fronteiras como um elemento central para as discussões relacionadas ao conceito de território. A definição de território está baseada nos sistemas políticos que abrangem, especialmente, um “conjunto de normas jurídicas, financeiras, econômicas, sociais, morais e técnicas” (CATAIA, 2001,

p. 51). A difusão dessas informações seria possibilitada em função das fronteiras, que são entendidas como uma linha que envelopa os poderes “de produção e execução de leis que se aplicam ao território assim demarcado” (CATAIA, 2001, p. 44). É inegável a associação desses autores com as discussões sobre poder político, legitimidade e capacidade de jurisdição no espaço geográfico.

A organização do espaço segundo diferentes intencionalidades e objetivos evidencia uma característica fundamental que existe no território. Não podemos deixar de destacar que o território é o produto da sociedade em movimento, ou seja, dos grupos, das instituições e sujeitos agindo segundo intencionalidades específicas. Melhor dizendo, o território “é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço segundo seus próprios objetivos” (GOTTMANN, 2012, p. 523). Existe, nesse sentido, uma produção constante da diferença nos territórios, que, na fase atual, pode ser representada pelos processos gerais da divisão territorial do trabalho. Cataia (2001) demonstrou bem essa dinâmica ao analisar a criação de municípios no Brasil como um projeto de uso do território para proporcionar a melhor inserção do país na economia globalizada. Portanto, não escapa ao debate territorial a jurisdição político-administrativa do espaço, suas implicações na esfera econômica e na esfera do poder.

Para finalizar essa breve discussão sobre o conceito de território, é preciso destacar um último pressuposto. A afirmação de que os territórios são eternos ao longo do tempo histórico é sempre uma inverdade. Eles estão sujeitos às transformações advindas das relações, sobretudo assimétricas, de poder, desde a escala nacional até a escala local dos municípios. Emprestando o pensamento de Painter (2010), podemos considerar que a rigidez territorial é uma das promessas que os Estados não são capazes de cumprir. O mesmo caráter processual que rege o espaço geográfico também comanda as relações políticas da dimensão territorial. Esse é um dos pontos de entrelaçamento entre os dois conceitos que evidencia a fluidez, porosidade e constante produção de suas formas e feições. Dessa maneira, entender o território como uma porção do espaço geográfico significa, dentre uma série de coisas, mostrar as implicações espaciais do poder, ou seja, da organização espacial mediante a legitimidade de um poder instituído, sendo ela fluida, transitória e alternante.

O lugar como expressão do cotidiano

O conceito de lugar ganha novo fôlego devido ao contexto da atual globalização. O desenvolvimento das tecnologias, sistemas técnicos e meios de comunicação permitiu aquilo que Santos (2017) avaliou como a convergência dos momentos. Em outras palavras, a pretensão da simultaneidade no conhecimento de fenômenos ocorridos em distintos lugares do planeta em razão do desenvolvimento técnico das mídias informacionais. É nesse sentido que Carlos (2007, p. 13) afirma que “cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial”. Os mais diversos fluxos (mercadorias, pessoas, informações, finanças e afins) são potencializados, reduzindo os tempos reais de deslocamento (CARLOS, 2007). Em suma, são processos que têm implicações diretas no próprio conceito de lugar.

É inegável que a globalização transforma as feições dos lugares que são tensionados por sua racionalidade dominante. A partir desse pressuposto, vamos apresentar uma discussão que esteja articulada com o período contemporâneo. A preocupação é semelhante àquela trazida por Carlos (2007) em suas leituras sobre esse conceito. O debate é necessário, sobretudo nas Ciências Humanas, devido ao impacto dos processos homogeneizadores pretendidos pela globalização. Antes, pensava-se o lugar como expressão da singularidade do espaço geográfico. Hoje, isso ainda seria possível? Todo processo de reflexão precisa de historicidade, ou seja, precisa estar inserido no conjunto de dinâmicas e processos característicos de um determinado tempo histórico para revelar seus sentidos e significados. Acreditamos que, basicamente, todos os conteúdos sociais são renovados em função do tempo histórico.

O debate sobre o conceito de lugar ganha ênfase, principalmente, no campo da Geografia Humanística. Existe, por sua parte, o entendimento de que há uma “valorização das relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos em relação ao seu ambiente” (LEITE, 1998, p. 9). Com o princípio de que o lugar abrange tanto o global quanto o local, entendemos como os processos gerais impactam nas especificidades e vice-versa. Aquela típica multiplicidade de relações que são desenvolvidas nos diversos níveis da qual o lugar é produto (CARLOS, 2007). Desse modo, as tensões de processos desenvolvidos em distintas escalas geográficas

produzem aquilo que poderíamos caracterizar enquanto a conflitualidade da experiência humana propriamente dita. Essas possibilidades de interação se dão a partir do encontro de múltiplos fatores, condições e situações geográficas encontradas nos próprios lugares. Em síntese, as relações complexas entre o local e o mundial promovem o substrato ativo para o desenvolvimento dos afetos e interações humanas em sua dimensão espacial.

Nossa reflexão sustentou a ideia de que o conceito de território é uma expressão do espaço geográfico em si. O princípio é o mesmo para o conceito de lugar. O lugar é visto como “a expressão do espaço geográfico na escala local” (SUERTEGARAY, 2001, p. 6). Seria a escala geográfica menos abrangente para a análise e interpretação dos fenômenos em sua dimensão espacial. A conflitualidade que se instala a partir do tensionamento entre distintos interesses sociais, econômicos, políticos e culturais demonstra a própria complexidade do conceito. Santos (2017) resume bem essa questão, demonstrando como o lugar oferece resistência às intencionalidades hegemônicas, ao mesmo tempo em que essa mesma hegemonia é capaz de impor os seus interesses nos lugares. Portanto, é o lugar que “permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno” (CARLOS, 2007, p. 20).

Para finalizar a discussão, o lugar representa uma combinação entre as objetividades que existem nos contextos socioespaciais e as dimensões subjetivas dos indivíduos. Talvez essa seja uma das potencialidades do lugar nas análises geográficas: a capacidade de destacar como a realidade concreta, sobretudo na atual globalização, produz o contato cada vez mais expressivo entre as diversas dimensões socioespaciais. A tríade habitante-identidade-lugar pode ser uma chave de leitura para esse fenômeno (CARLOS, 2007). Constitui-se na construção, por parte dos indivíduos, de vínculos e afetos com o espaço geográfico na escala local, sem esquecer que são interações a partir das condições concretas que surgem nas articulações entre o geral e o particular, o hegemônico e o não hegemônico. Dessa maneira, a força do lugar na Geografia está baseada nesse pressuposto, assim como afirmado por Suertegaray (2001).

OPERACIONALIZAÇÃO DO DEBATE

O caso empírico de investigação

O recorte empírico que foi escolhido para operacionalizar esse debate sobre economia costeira de pequena escala foi o município de São Luís/MA. É importante destacar que seria pouco pragmático investigar todos os ambientes costeiros presentes nessa cidade devido aos limites nos recursos materiais e humanos da pesquisa acadêmica. Levando isso em consideração, foram escolhidas duas localidades principais como base da investigação, sendo elas: (i) a faixa que se estende desde a praia Litorânea até a Ponta D'Areia; e (ii) a extensão litorânea do mercado de pescados existente no Centro Velho de São Luís/MA. Esses ambientes em questão são diversos entre si. Apresentam, em certa medida, características próprias devido aos tipos de produtos e mercadorias que são comercializadas, bem como devido ao próprio público frequentador. Escolher esses ambientes costeiros possibilita o desenvolvimento de uma perspectiva qualitativa sobre o fenômeno da economia popular. O objetivo não é trazer uma grande expressividade de evidências empíricas sobre a temática, mas sim reforçar os ganhos das articulações conceituais no contexto de um levantamento qualitativo. Parte-se do princípio de que as evidências encontradas em campo permitem um duplo movimento, representado tanto pelas aproximações entre o particular com o geral quanto pelas resistências oferecidas pelo lugar no tensionamento global-local. Em linhas gerais, seria possível compreender não somente as nuances nas formas de organização da economia popular, mas também o pressuposto da pluralidade de práticas econômicas existente de acordo com os rendimentos da população.

Os ganhos a partir da articulação entre os níveis analíticos

Não é segredo que os conceitos representam os processos e as dinâmicas da realidade concreta. No caso do geógrafo, podemos encontrar a dimensão socioespacial como o centro dessas discussões. No entanto, é válido destacar que toda e qualquer forma de abstração sempre vai correr o risco de não abarcar suficientemente o seu tema pesquisado. Talvez seja por esse motivo que toda construção conceitual é vista de forma relacional, sendo acompanhada por outros conceitos complementares de apoio. Estamos cientes de que qualquer debate teórico-conceitual na Geografia também está associado a essa ideia preliminar. Em função dessa consideração, os próprios conceitos de espaço geográfico, território e lugar não

podem ser analisados e explorados de forma isolada. É necessário que seus conteúdos estejam combinados no interior de uma coerência capaz de aproveitar suas potencialidades de operacionalização. Dessa maneira, a aproximação desses conceitos elencados possui uma área de interface capaz de sustentar a hipótese desse artigo ao ampliar as possibilidades analítico-interpretativas no campo da Geografia Econômica.

Qual a contribuição do conceito de espaço geográfico para essa discussão no campo da Geografia Econômica? Muitas considerações foram apresentadas para esse conceito. Uma delas é a sua indissociabilidade entre a esfera social e a natural. De outro modo, o espaço geográfico é o produto da própria dinâmica social que transforma o elemento natural em social, em natureza socializada. Sua constituição leva em conta a inseparabilidade dos sistemas de objetos com os sistemas de ações (SANTOS, 2017). Estabelece, assim, a dinâmica na qual as sociedades se desenvolvem. A complexidade desse movimento reside no fato do espaço ser condição para as interações humanas ao mesmo tempo em que é condicionado por elas. Com essa ideia, projetamos a sua potencialidade no escopo da Geografia Econômica. Os ambientes costeiros compõem o espaço geográfico e, por isso, fornecem as condições gerais para os processos de produção, distribuição, comercialização e circulação de mercadorias. Processos que são fundamentais para a economia popular. Sendo assim, a investigação dos ambientes costeiros permite a compreensão não somente da base material de ação humana, mas também do conteúdo social dos processos citados anteriormente, destacando o princípio dialético do espaço geográfico.

O artigo definiu o território enquanto a expressão política do poder na dimensão espacial. Seu arranjo fornece a legitimidade de atuação dos agentes políticos no interior das fronteiras que organizam os diversos níveis institucionais do espaço. Retomar esse conceito evidencia aspectos centrais para as análises no campo da Geografia Econômica. Os ordenamentos espaciais apenas são possíveis porque, em última instância, existe um poder instituído capaz de organizar o espaço. Esse poder é manifestado territorialmente por meio dos municípios, estados e governos nacionais. Mesmo com a existência de vários agentes e instituições, com interesses e

intencionalidades diversas, é no âmbito estatal que tudo se efetiva. A análise da economia popular não pode, desse modo, escapar do conceito de território. O fenômeno em questão se inscreve nas múltiplas esferas de ordenamento do espaço, sendo elas o município, o estado e o próprio governo federal, no caso brasileiro. São várias formas de regulamentação política que incidem, em última instância, no recorte empírico de São Luís/MA. Em síntese, a análise e a interpretação da economia popular em ambientes costeiros incorporam essa discussão na medida em que os recursos para o fomento ou inibição dessas atividades estão no campo de articulação da tríade espaço-política-poder.

Por fim, o conceito de lugar apresenta uma íntima relação com a dimensão cotidiana da vida social. É a manifestação concreta do local, levando em conta a sua formação tensionada a partir das demais escalas geográficas. Sua dinâmica expressa o movimento pendular constante entre os arranjos globais e os locais. Com o advento da globalização, existe uma busca pela homogeneização dos lugares como estratégia de extrair volumes maiores de mais valia. No entanto, os lugares, dialeticamente, produzem a própria resistência de adesão a esses imperativos. O lugar é o produto novo dessas interações conflituosas e antagônicas, que, em determinado momento, pende para a aceitação desses fluxos econômicos globais, noutro expressa algo diferente ao que foi planejado pelas grandes empresas e corporações. Em razão disso, é possível compreender como o lugar retoma a dimensão das interações locais entre sujeitos, grupos, instituições, Estado e afins. Fornece a devida importância à dimensão da sociabilidade, do intercâmbio no espaço urbano, segundo distintos projetos de vida. É por esse motivo que a sua potencialidade é demarcada no campo da Geografia Econômica. Entender as formas locais de interação dos agentes da economia popular nos ambientes costeiros pressupõe compreender suas estratégias de uso e apropriação do espaço, seus fluxos de trocas, possibilidades de realização e, em última instância, a própria produção da vida em si. Portanto, a retomada do lugar enfatiza a própria produção do sustento desses indivíduos de acordo com as interações desenvolvidas no espaço conhecido e sentido por suas vidas na cidade de São Luís/MA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo ofereceu uma leitura teórico-metodológica para a análise do fenômeno da economia popular em ambientes costeiros. O processo de consolidação da Geografia enquanto ciência autônoma evidenciou discussões sobre o seu arcabouço teórico-conceitual que, posteriormente, teria um papel central dentro das análises geográficas. A combinação dos conceitos de espaço, território e lugar foi caracterizada como uma importante estratégia metodológica de compreensão das dinâmicas e processos existentes na realidade concreta. Desse modo, elaboramos um breve resumo sobre cada um desses conceitos para demonstrar essa complexidade. O espaço geográfico foi visto como a dimensão geral de análise dos fenômenos. Os demais conceitos foram representados como expressões dessa categoria principal, capazes de privilegiar a esfera política do poder, no caso do território, e a esfera da apropriação cotidiana, no caso do lugar.

Após esse breve resumo, trouxemos a operacionalização da hipótese sustentada no artigo para as pesquisas no campo da Geografia Econômica. Interpretar as implicações espaciais da economia popular em ambientes costeiros parece muito mais coerente a partir da análise combinada dessas categorias geográficas centrais. Cada um desses conceitos abarcou a multiplicidade das relações sociais, sobretudo levando em conta o caso da economia do dia a dia. O espaço geográfico é expressão das interações gerais na dimensão espacial, pois, em última instância, fornece as condições para os processos de produção, de circulação e de consumo. O território, lido como o espaço de jurisdição do fator político-institucional, permite o próprio entendimento da promoção de políticas públicas e de seu ordenamento territorial para a resolução de problemas encontrados na realidade social. Por último, o conceito de lugar enfatizou a dimensão local da apropriação do espaço por parte dos agentes não-hegemônicos, favorecendo as análises sobre o cotidiano e a sua centralidade para a reprodução social e econômica desses grupos.

AGRADECIMENTOS

O artigo é produto das discussões e debates desenvolvidos no âmbito do Mestrado em Geografia pelo Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Expressa também o conjunto de agentes e instituições que foram essenciais para o trabalho. Ficam aqui todos os agradecimentos necessários

ao Professor Doutor Márcio A. Cataia, na condição de supervisor e orientador desse Mestrado, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão da Bolsa de Treinamento Técnico III, mediante o processo nº 2022/02598-0, aos colegas membros do Grupo de Estudos em Economia Política do Território (GEPOT/CNPQ) e, por fim, à existência da Universidade Pública pelo seu papel pioneiro no desenvolvimento tecnológico e científico do país.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. de. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], n. 54, p. 5–28, 2017 [1977].
- BRAGA, R. M. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 65-72, 2007.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CATAIA, M. A. Território nacional e fronteiras internas: a fragmentação do território brasileiro. **Tese** (Doutorado em Geografia) – São Paulo: Universidade de São Paulo. 2001.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012 [1975].
- ISNARD, H. O espaço do geógrafo. **Boletim Geográfico**, v. 36, n. 258-259, p. 5-16, 1978.
- LEITE, A. F. O lugar: duas acepções geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 21, p. 9-20, 1998.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007 [1981].
- MOREIRA, R. **O que é Geografia?** 8. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987 [1981].
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2015 [2007].
- PAINTER, J. Rethinking territory. **Antipode**, v. 42, n. 5, p. 1090-1118, 2010.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2017 [1996].
- SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, [S. l.], n. 5, 2015 [1982].
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2004 [1982].
- SUERTEGARAY, D. M. Espaço geográfico uno e múltiplo. Scripta Nova. **Revista eletrônica de Geografía y ciencias sociales**, v. 5, n. 79-104, 2001.